



Secretaria-Geral

**XX Reunião Técnica de Escritórios
Governamentais Responsáveis pelo
Fornecimento da Informação
Estatística de Comércio Exterior
25- 26 de outubro de 2018
Montevideu - Uruguai**

ALADI/RE.COMEX/XX/di 7
25 de outubro de 2018

A INCORPORAÇÃO DA DIMENSÃO DE GÊNERO NAS ESTATÍSTICAS DE
COMÉRCIO: PANORAMA ATUAL, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE
COOPERAÇÃO

A Secretaria-Geral da ALADI apresenta este documento como contribuição à discussão sobre a importância e as possibilidades de incluir a dimensão de gênero nas estatísticas relativas ao comércio internacional de bens e serviços.

ÍNDICE

1. BREVE INTRODUÇÃO CONCEITUAL.....	4
2. PANORAMA ATUAL.....	6
a) Situação do tema na agenda da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas em nível internacional.....	6
Quadro 1: Estado de situação da agenda de trabalho em nível internacional	6
b) Situação do tema na agenda da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas em nível regional	7
Quadro 2: Estado de situação da agenda de trabalho em nível internacional	7
3. CONCLUSÕES E PROPOSTAS	9
4. BIBLIOGRAFIA.....	10

1. BREVE INTRODUÇÃO CONCEITUAL

Os países-membros da ALADI assumiram compromissos em nível internacional em torno da igualdade de gênero, mediante a assinatura da *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher - CEDAW*, que entrou em vigor em setembro de 1981 e o apoio às *Agendas de Desenvolvimento 2015* e de *Desenvolvimento Sustentável 2030*, nas quais se inclui entre seus objetivos “alcançar a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas”. Dentre as metas compreendidas neste objetivo encontram-se, entre outras, a de “assegurar a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis decisórios na vida política, econômica e pública” e a de “empreender reformas que outorguem às mulheres igualdade de direitos aos recursos econômicos, bem como acesso à propriedade e ao controle da terra e outros tipos de bens, os serviços financeiros, a herança e os recursos naturais, de conformidade com as leis nacionais.”¹

Com base nesses compromissos e nos fundamentos teóricos e empíricos que apresentam a necessidade de combater a desigualdade de gênero em prol de garantir os plenos direitos humanos de homens e mulheres, bem como promover o desenvolvimento sustentável, os nossos países vêm implementando planos para superar a desigualdade de gênero e trabalhando na implementação de estatísticas que contribuam para visibilizar esta problemática e definir políticas e programas com perspectiva de gênero.

Na abordagem desta temática resulta pertinente fazer referência, primeiro, a algumas definições que são um extrato das contidas no “Glossário de Igualdade de Gênero”, elaborado por ONU Mulheres², que se apresentam a seguir.

De acordo com este Glossário, entende-se como:

Sexo (biológico): “Características físicas e biológicas que distinguem homens e mulheres”.

Gênero: “refere-se aos papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma sociedade determinada em uma época determinada considera apropriados para homens e mulheres... O gênero é parte de um contexto sociocultural mais amplo, como são outros critérios importantes de análise sociocultural, incluída a classe, raça, nível de pobreza, grupo étnico, orientação sexual, idade, etc.”

Igualdade de gênero (igualdade entre mulheres e homens): “refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e os homens e das meninas e meninos. A igualdade não significa que as mulheres e os homens serão iguais, mas que os direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e os homens não dependerão de se nasceram com determinado sexo...”

Análise de gênero: “consiste em um exame crítico de como os papéis, atividades, necessidades, oportunidades e direitos/prerrogativas afetam homens, mulheres, meninas e meninos em determinadas situações ou contextos. A análise de gênero examina as relações entre mulheres e homens e seu acesso e controle dos recursos, bem como as limitações de umas com respeito aos outros.”

¹ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), ONU

² [Glossário sobre igualdade de Gênero](#), ONU Mulheres - Centro de Capacitação

Perspectiva de gênero: “é uma forma de ver ou analisar que consiste em observar o impacto do gênero nas oportunidades, papéis e interações sociais das pessoas. Esta forma de ver é o que nos permite realizar uma análise de gênero e depois transversalizar uma perspectiva de gênero em um programa ou política proposta, ou em uma organização”.

Incorporação de uma perspectiva de gênero: “...é o processo de valorar as implicações que tem para os homens e as mulheres qualquer ação que se planeje, seja de legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para conseguir que as preocupações e as experiências das mulheres, igual que as dos homens, sejam parte integrante na elaboração, colocação em andamento, monitoramento e avaliação das políticas e dos programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais, de maneira que as mulheres e os homens possam beneficiar-se deles igualmente e não se perpetue a desigualdade. O objetivo final é conseguir a igualdade de gênero.”

No tocante à inclusão da perspectiva de gênero no comércio internacional, cabe assinalar que atualmente ganhou espaço a concepção de que, levando em consideração que o comércio constitui um motor do crescimento econômico, a promoção de políticas de comércio inclusivas, bem como de ações que impliquem melhorar a participação da mulher na economia em nível nacional e internacional, contribuirá para superar as desigualdades de gênero e para afiançar um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A esse respeito, na Undécima Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, celebrada em Buenos Aires, em dezembro de 2017, 118 Membros e observadores apoiaram a *Declaração de Buenos Aires sobre as mulheres e o comércio*³. Esta Declaração reconhece a necessidade de melhorar o acesso das mulheres às oportunidades que oferece a economia e de reduzir as barreiras que limitam sua participação nela, para o qual propõe o compromisso de promover a colaboração entre os países para tornar as políticas comerciais mais sensíveis ao gênero. A Declaração apresenta áreas de colaboração, como por exemplo: compartilhar informações no âmbito da OMC sobre experiências de políticas e programas para fomentar a participação das mulheres na economia, compartilhar as melhores práticas de análise de gênero na elaboração de políticas comerciais e monitoramento de seus efeitos, compartilhar métodos e procedimentos para a recopilación de dados desagregados por gênero, uso de indicadores, metodologias de monitoramento e avaliação e análise de estatísticas de comércio centradas no gênero.

Para o impulso desta iniciativa, a OMC nomeou uma Coordenadora de Questões de Gênero, com o fim de coordenar os trabalhos entre as diferentes divisões da Organização e examinar possíveis trabalhos futuros sobre esta temática no âmbito do comércio.

Por sua vez, em nível regional, no âmbito da ALADI alguns países-membros assinaram acordos preferenciais nos que se inclui um capítulo de gênero. Outrossim, a ALADI incluiu no Programa Anual de Atividades uma atividade referida à incorporação da perspectiva de gênero nas linhas de trabalho da Secretaria-Geral. Como parte dos trabalhos impulsionados nesta atividade, realizou-se em maio de 2018 um seminário de sensibilização “Gênero, Comércio e Desenvolvimento”.

³ [Declaração de Buenos Aires sobre as mulheres e o comércio, OMC](#)

2. PANORAMA ATUAL

a) Situação do tema na agenda da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas em nível internacional

Com relação ao previsto no Objetivo 5 sobre igualdade de gênero da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Divisão de Estatísticas do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais e o Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre as Estatísticas de Gênero no âmbito do Programa Mundial de Estatísticas de Gênero, têm desenvolvido uma série de atividades destinadas a compatibilizar os trabalhos que vinham se realizando previamente em cumprimento da Plataforma de Ação de Beijing⁴, com a Agenda 2030. Estas atividades são detalhadas no Relatório ao Secretário-Geral sobre Estatísticas de Gênero, apresentado no 49º período de sessões da Comissão de Estatísticas⁵, em 20 de dezembro de 2017.

Quadro 1: Estado de situação da agenda de trabalho em nível internacional

Trabalho	Grau de avanço até março de 2018
Conjunto mínimo de indicadores de gênero e indicadores mundiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados ao gênero.	Com base na Plataforma de Ação de Beijing estabeleceu-se um conjunto mínimo de indicadores que se encontram disponíveis em https://genderstats.un.org/#/indicators . Este conjunto de indicadores é tomado como referência pelos países-membros a fim de elaborar suas estatísticas em matéria de gênero. A partir da adoção da Agenda 2030 começou um trabalho de compatibilizar ambos os mandatos (Plataforma e Agenda). Em 2017, chegou-se a identificar 3 indicadores para os quais não se contava com informação suficiente ou metodologia definida e que era necessário substituir por outros. Previu-se desenvolver esta tarefa durante 2018.
Diretrizes para a elaboração de estatísticas sobre propriedade de ativos e atividade empresarial conforme a perspectiva de gênero.	Estão sendo preparadas as diretrizes para o processamento, análise e divulgação de dados em nível individual sobre a propriedade dos ativos. Realizaram-se experiências piloto em Filipinas, Geórgia, Maldivas, México, Mongólia, África do Sul e Uganda. Os resultados se encontram disponíveis em https://unstats.un.org/edge/ .

Fonte: Secretaria-Geral da ALADI, com base no documento E/CN.3/2018/22

Em conclusão, o conjunto de indicadores mínimos de gênero –quantitativos como qualitativos-, bem como as diretrizes para a elaboração de estatísticas sobre a propriedade dos ativos introduzem a perspectiva de gênero nos indicadores vinculados à estrutura econômica e o acesso aos recursos naturais, no entanto, não há

⁴ A Conferência Mundial das Mulheres que teve lugar em Beijing, em 1995, mudou o enfoque para centrar a perspectiva no gênero e não exclusivamente nas mulheres. Até o presente momento realizaram-se diversas reuniões destinadas a observar o acompanhamento dos compromissos.

⁵ [Documento E/CN.3/2018/22 Estatísticas de gênero. Relatório ao Secretário-Geral](#), Comissão de Estatísticas, Conselho Econômico e Social, Nações Unidas.

estatísticas específicas que vinculem a problemática de gênero com a de comércio exterior de bens e serviços.

b) Situação do tema na agenda da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas em nível regional

Em nível regional, na XVII Reunião do Comitê Executivo da Conferência de Estatísticas das Américas da CEPAL, realizada nos dias 3 e 4 de outubro do presente ano, apresentaram-se os indicadores priorizados em matéria de gênero para o acompanhamento estatístico regional dos objetivos de desenvolvimento sustentável na América Latina e o Caribe. Esses indicadores foram acordados pela Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe.

Tal como podemos observar no seguinte quadro, os indicadores selecionados correspondem à áreas de saúde, direitos humanos, tomada de decisões na vida pública e participação em atividades produtivas, embora estas últimas não incluam indicadores de comércio exterior.

Quadro 2: Estado de situação da agenda de trabalho em nível internacional

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e as meninas	
Proporção de mulheres e meninas com 15 anos de idade ou mais que sofreram, nos 12 meses anteriores, violência física, sexual ou psicológica infligida por um companheiro íntimo atual ou anterior, desglosada pela forma de violência e por idade.	Marco de indicadores mundiais.
Taxa de feminicídio (homicídios de mulheres de 15 anos e mais idade, assassinadas por razões de gênero, por cada 100.000 mulheres).	Indicador complementar.
Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que têm sofrido, nos 12 meses anteriores, violência sexual infligida por outra pessoa que não seja um companheiro íntimo, por idade e lugar do fato.	Marco de indicadores mundiais.
Proporção de mulheres de entre 20 e 24 anos que estavam casadas ou tinham uma união estável antes de completar os 15 anos e antes de completar os 18 anos.	Marco de indicadores mundiais.
Proporção de tempo dedicado aos afazeres domésticos e cuidados não remunerados, desglosada por sexo, idade e lugar.	Marco de indicadores mundiais.
Média de horas semanais dedicadas ao trabalho não remunerado e ao remunerado, combinados (carga total de trabalho), desglosado por sexo.	Indicador complementar.
Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em a) os parlamentos nacionais e b) os governos locais.	Marco de indicadores mundiais.
Proporção de mulheres em cargos diretivos.	Marco de indicadores mundiais.
Proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade que tomam suas próprias decisões informadas com respeito às relações sexuais, o uso de anticoncepcionais e o atendimento da saúde reprodutiva.	Marco de indicadores mundiais.
Número de países com leis e regulamentos que garantem	Marco de indicadores

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e as meninas	
a homens e mulheres de 15 anos e mais velhos um acesso pleno e com igualdade a serviços de saúde sexual e reprodutiva e a informação e educação na matéria.	mundiais.
Proporção de países que contam com sistemas para fazer o acompanhamento da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher e designar fundos públicos para esse fim.	Marco de indicadores mundiais.
Fonte: Extraído do documento LC/CE.17/3. Conferência de Estatísticas das Américas da CEPAL, páginas 16 e 17.	

Não obstante, a Conferência Regional sobre a Mulher, como parte de seu programa de cooperação técnica aos governos da região vem dando apoio ao Chile, ao Peru e ao Uruguai para avançar na inclusão da perspectiva de gênero no comércio⁶.

No caso do Chile, a assistência técnica em matéria de gênero e comércio canaliza-se mediante a Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais (DIRECON), instituição que começou a elaborar um documento denominado “Radiografía a la Participación de las Mujeres en las Exportaciones Chilenas” (Radiografia à Participação das Mulheres nas Exportações Chilenas). Esse documento, que se encontra na sua segunda edição, tem informação sobre o número de empresas exportadoras chilenas que se encontram *lideradas por mulheres*, bem como sobre qual o montante do valor exportado por este tipo de empresas, o tipo de produto ou setor no qual realizam suas exportações e os mercados aos quais dirigem suas exportações, entre outros indicadores.

A publicação considera que uma empresa é *liderada por uma mulher* quando nos registros de ProChile tenha se registrado com o cargo de dona, sócia, fundadora, gerente ou diretora. Cabe salientar que a nota metodológica indica que também se consideram dentro desta categoria todas as mulheres exportadoras que constam como pessoas físicas dos registros do Serviço Nacional de Aduanas.

Por sua vez, no caso do Peru, Promperú conta com um programa de internacionalização de empresas denominado “Rota Exportadora”, que incorporou a perspectiva de gênero, utilizando definições e indicadores similares aos de ProChile.

No caso do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores desenvolveu o “Seminário Internacional Gênero e Comércio: contribuições a um desenvolvimento inclusivo”, nos dias 21 e 22 de junho deste ano.

⁶ Relatório da Secretaria sobre atividades realizadas desde a 56ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e o Caribe.

3. CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Como síntese, cabe indicar que os países da região incluíram a perspectiva de gênero nas suas estatísticas a fim de fazer o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Não obstante, a abordagem da temática do comércio exterior conforme um enfoque de gênero é relativamente novo, destacando-se a esse respeito a Declaração de Buenos Aires sobre as Mulheres e o Comércio, adotada com motivo da Undécima Reunião Ministerial da OMC, bem como os acordos assinados pelos países-membros da ALADI que incorporam um capítulo sobre Gênero.

No tocante à incorporação da perspectiva de gênero nas estatísticas de comércio internacional e, em particular, do comércio regional de bens e serviços, constata-se que não há indicadores em nível regional. Alguns países começaram trabalhos para contar com indicadores básicos que permitam medir a participação das empresas lideradas por mulheres nas exportações. Esses trabalhos constituem um começo alentador ainda que caiba examinar a metodologia utilizada para os efeitos de analisar a possibilidade de ampliar estes indicadores a um maior número de países, a fim de contar com uma visão regional da situação ou definir se requere-se abordar o tema de outra forma.

Com estes antecedentes, a Secretaria-Geral da ALADI, que vem desenvolvendo diferentes ações tendentes a sensibilizar sobre a importância de incorporar a perspectiva de gênero em matéria comercial, deseja manifestar mediante este documento a carência de informação estatística adequada e a importância de contar com estatísticas de comércio exterior que permitam fazer visível a participação da mulher em atividades vinculadas ao comércio exterior.

Por isso, deseja-se utilizar o espaço provido pelas reuniões de especialistas em comércio internacional de bens e de serviços para:

- Intercambiar opiniões sobre as dificuldades e os desafios que implica a incorporação do enfoque de gênero nas estatísticas de comércio exterior;
- Conhecer os trabalhos que vêm desenvolvendo os diferentes países nesta matéria e cuja experiência se possa divulgar ou estender ao resto; e,
- Explorar a possibilidade de realizar trabalhos conjuntos que analisem a forma de incluir o enfoque de gênero nas estatísticas de comércio de bens e serviços em nível de um país.

4. BIBLIOGRAFIA

Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe - 56° Reunión de la Mesa Directiva (2017), "Report on the activities carried out by the secretariat since the fifty-sixth meeting on the presiding officers of the Regional Conference on Women in Latin America and the Caribbean".

Naciones Unidas (2016), "Agenda 2030 de Desarrollo Sostenible".
<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/gender-equality/>

Naciones Unidas Mujeres – Centro de capacitación, "Glosario de igualdad de género".
<https://trainingcentre.unwomen.org/mod/glossary/view.php?id=150>

Naciones Unidas, Consejo Económico y Social – Comisión de Estadísticas (2018), Documento E/CN.3/2018/22 "Estadísticas de género. Informe al Secretario General".
<https://unstats.un.org/unsd/statcom/49th-session/documents/2018-L1-Timetable-S.pdf>

Organización Mundial de Comercio – Undécima Conferencia Ministerial (2017), "Declaración de Buenos Aires sobre las mujeres y el comercio".
https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc11_s/genderdeclarationmc11_s.pdf